Eixo sete: planejamento sucessório

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A sucessão é o eixo que os clientes negligenciam e aquele em que os dois sistemas mais divergem em substância. O direito sucessório suíço está codificado nos arts. 457 e seguintes do Código Civil suíço (ZGB/CC) e conhece a legítima: desde a revisão em vigor em 1º de janeiro de 2023, os descendentes têm direito à metade de sua quota legal e o cônjuge sobrevivente à metade da sua, enquanto os pais perderam a legítima. Um fundador residente na Suíça não pode deixar todos os tokens a uma fundação se tiver filhos, salvo se os filhos consentirem ou se o espólio for suficientemente grande para satisfazer suas quotas com outros bens.[1] Singapura adota a liberdade de testar para não muçulmanos nos termos do Wills Act 1838, sendo a sucessão legítima regida pelo Intestate Succession Act 1967 e a administração do espólio pelo Probate and Administration Act 1934. Os espólios de muçulmanos seguem o Administration of Muslim Law Act 1966 e o faraid (as regras islâmicas de partilha).[2]

O problema prático é o mesmo nos dois lugares: o testamenteiro não pode administrar aquilo a que não consegue aceder. Nenhum dos sistemas dispõe de um mecanismo para recuperar uma chave que o falecido não revelou. Ambos empurram, por isso, o planejador para um protocolo de gestão de chaves mantido fora do testamento, porque o testamento torna-se público com o probate em Singapura e é

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

aberto perante os herdeiros na Suíça. Empurram também para custodiantes que reconheçam os testamenteiros e, quando a família é internacional, para um trust ou uma fundação que detenha as chaves em vida. Singapura oferece o trust interno com uma trust company licenciada. A Suíça oferece a fundação, que não pode servir a fins privados de sustento para além de limites estreitos, e reconhece trusts estrangeiros nos termos da Convenção da Haia, mas não tem trust interno depois que o Conselho Federal arquivou o projeto de lei sobre o trust em 2024.[3]

Questão	Suíça	Singapura
Liberdade de testar	Limitada pelas legítimas (arts. 470 e seguinte do CC)	Plena para não muçulmanos; faraid para muçulmanos
Trust interno	Nenhum; trusts estrangeiros reconhecidos	Sim; trust companies licenciadas
Fundação para fins privados	Fundação de família limitada (art. 335 do CC); fundações de protocolo servem fins públicos	CLG possível, mas tributável; preferem-se trusts
Acesso do testamenteiro às chaves	Willensvollstrecker (executor testamentário, art. 517 do CC); direito aos dados do art. 242b da SchKG/DEBA apenas na falência	Executor com grant of probate; ordens judiciais contra exchanges
Regime de bens do casamento	O regime legal de participação nos aquestos (arts. 196 e seguintes do CC) abrange os tokens	Partilha dos bens matrimoniais nos termos do Women's Charter 1961
Imposto sobre heranças	Cantonal; cônjuges e descendentes isentos em Zug e Zurique	Nenhum desde 2008
Espólio transfronteiriço	Arts. 86 e seguintes da IPRG/PILA; reenvio para estrangeiros	Regras de conflito do common law; lex situs dos tokens controvertida

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Lista de verificação

Quem detém ativos digitais nos dois centros deve, antes do fim do ano: - listar todas as carteiras e contas em exchanges, com jurisdição, custodiante e valor aproximado; - decidir quais ativos são investimento privado e quais pertencem a uma atividade empresarial, porque tanto o teste suíço do negociante profissional quanto os badges of trade de Singapura examinam o padrão ao longo dos anos; - confirmar que os termos de cada custodiante dizem "mantido para você" (Suíça) ou "mantido em trust para você" (Singapura); - redigir um protocolo de gestão de chaves e depositá-lo fora do testamento; - verificar se a legítima se aplica ao espólio e se um trust de Singapura ou um executor testamentário suíço pode deter as chaves; - harmonizar os dados da travel rule de que os custodiantes suíços e singapurianos necessitarão para transferências entre os dois.

Notas

1. Arts. 470 e 471 do CC, na redação dada pela Lei Federal de 18 de dezembro de 2020 (revisão do direito sucessório), em vigor desde 1º de janeiro de 2023 (AS 2021 312). Ver Parte D, Capítulo VIII. ↩
2. Wills Act 1838; Intestate Succession Act 1967; Probate and Administration Act 1934; Administration of Muslim Law Act 1966, s. 111 e seguintes. Ver Parte J, Capítulo VII. ↩
3. Conselho Federal, comunicado à imprensa de 15 de setembro de 2023 e decisão de 2024 de não prosseguir com a introdução de um trust suíço; art. 335 do CC sobre as fundações de família; Hague Convention on the Law Applicable to Trusts and on their Recognition, em vigor para a Suíça desde 1º de julho de 2007 (SR 0.221.371). Ver Parte D, Capítulo VIII, e Parte P, Capítulo VIII. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com